

# Boletim Económico

Publicação trimestral da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

Volume 1, Número 3  
Outubro /2003

## NESTA EDIÇÃO

Início da circulação das novas moedas	1
Paredes de vidro	2
Estatísticas económicas	3
Preços do petróleo	4
Estatísticas monetárias	5
Preços	6
E porque não...	6
Mercados cambiais e financeiros	7
E para terminar...	8

## Note que...

- ? **É já em Novembro que serão colocadas em circulação as primeiras moedas metálicas para uso corrente**
- ? As moedas de centavos têm equivalência total às moedas norte-americanas equivalentes
- ? **O Departamento de Pagamentos da ABP/ BPA desempenha um papel fundamental na circulação de moedas e notas no nosso país**
- ? Timor Leste vai receber volumes importantes de dinheiro do Mar de Timor mas as receitas deste estão sujeitas a vários factores de instabilidade
- ? **A taxa de inflação em 2003 poderá ser de cerca de 5,5-6,5%. Mas...**
- ? Sendo o café a mais importante exportação não petrolífera de Timor Leste, poderia haver um organismo público especialmente dedicado à resolução dos problemas deste sector de produção agrícola

## O primeiro dia de circulação das moedas metálicas de Timor Leste aproxima-se!...

É já no próximo mês de Novembro que serão oficialmente postas em circulação as primeiras moedas metálicas correntes de Timor Leste.

Sobre elas foi editado em Maio passado um número especial deste "Boletim Económico" para cuja (re)leitura remetemos os leitores.



Especial atenção deve ser dada às características das moedas a emitir e ao artigo, publicado na última página desse Boletim, em que se justifica porque não é possível, pelo menos por agora, emitir uma moeda própria (incluindo notas) de Timor Leste.

Recordamos que então dissemos que tal se deve principalmente ao facto de não existirem as condições económicas, técnicas, financeiras e de recursos humanos necessárias para que se emita moeda própria. Fazê-lo pode obrigar, por exemplo, a definir uma taxa de câmbio em relação a outras moedas e a defendê-la no mercado -- o que exige recursos financeiros que Timor Leste, de momento, não possui. Ao mesmo tempo, exige a definição de um regime cambial e, no caso de se adoptar uma ligação forte a uma outra moeda, há que definir que moeda é e que tipo de relação estabelecer.



Nesse Boletim especial sobre as moedas referimos também que as moedas timorenses têm o mesmo valor das moedas americanas e que, nos pagamentos dentro do território nacional, podem ser utilizadas indiferentemente umas ou outras. Espera-se, no entanto, que as pessoas passem, gradualmente, a utilizar preferencialmente as moedas timorenses por serem de mais fácil utilização.

O processo que nos conduziu até este momento foi longo, tendo durado cerca de

um ano. Ele começou por um estudo preliminar sobre as vantagens e desvantagens da emissão das moedas e sobre as principais características que elas deveriam ter (valores faciais, desenhos, metais a utilizar, tamanhos, etc).

Como curiosidade, refira-se que, tendo em consideração os modelos teóricos normalmente utilizados para definir o leque de valores faciais a cunhar -- e que tomam em consideração principalmente o nível diário médio de rendimentos da população --, a moeda a cunhar com valor facial mais elevado deveria ser a de... 10 centavos!



Este facto é um dos indicadores de que algo está mal na estrutura de preços no nosso país, estando muitos deles acima do poder efectivo de compra da maioria da população, não havendo, infelizmente, muito que se possa fazer agora para corrigir esta situação.



Há várias razões para termos um nível de preços relativamente elevado; três delas são, provavelmente, (i) a continuada presença de um grande grupo de técnicos (e militares) internacionais, (ii) a (pelo menos aparente) existência de uma preferência (herdada do sistema monetário indonésio?) pelo uso de notas em vez de moedas e (iii) a forma como foi feita a dolarização da economia.

Por "dolarização" significamos aqui não só o facto de se ter adoptado o dólar norte-americano mas também outro facto com ele relacionado: o de, da campanha para a substituição do uso da rupia (IDR) e do dólar australiano (AUD) pela moeda americana, ter resultado, na mente do público, uma ligação (demasiado?) estreita entre a palavra "dólar" e a ideia de nota de 1 USD.



Continua na pág. 2

## Moedas correntes de Timor-Leste (concl.)

Tudo isto ajudou a criar um espírito nas pessoas de que “a vida começa com 1 dólar”, sendo este, em parte por tudo quanto se disse e também por falta de conveniente abastecimento (inicial) do mercado em moedas parcelares, a principal base de referência da fixação dos preços. Tudo custava — custa... — um dólar, criando-se às vezes situações quase ridículas quanto aos preços relativos dos produtos: um conjunto de 10-12 bananas custar um dólar e um cacho completo custar igualmente 1 USD ou pouco mais...

Junte-se a isto algum comportamento especulativo que não foi possível contrariar e que levou muitos agentes económicos a substituírem os preços afixados em AUD por igual preço mas agora afixado em USD...

A colocação em circulação das novas moedas de Timor-Leste é, em si mesma e em princípio, neutra em relação aos preços, não se esperando, por isso, que, por esta razão, estes venham a ser afectados.

Note-se que a presença de uma moeda de 1 centavo prateada (e não de cobre, como no caso do *cent* americano, que foi pouco aceite pela população) pode servir para ajudar a moderar os preços, nada justificando que estes sejam fixados em múltiplos de 5

centavos — ou mesmo de 10 ou de 25 centavos.

Por isso é necessário que os agentes económicos que fixam os preços se convençam de que, tal como sucede nos países mais avançados economicamente, preços de USD 0,78 ou 1,84 são tão possíveis como os terminados em “50” ou “00” já que há moedas que o permitem praticar... Com a possível vantagem de poder aumentar as vendas...

Uma das moedas a colocar em circulação e que não encontra correspondente nas moedas americanas — todas as outras têm — é a de 50 centavos. Pretende-se com isso a progressiva habituação da população à utilização destas moedas em vez das notas de USD 1,00 pois estas se degradam rapidamente, gerando custos importantes de repatriação para os Estados Unidos.

Mas o importante é o futuro! O importante é que as nossas moedas aí estão, com motivos que são uma homenagem à vida e à cultura do nosso povo.

O importante é também que o seu uso possa ser feito em paz e num processo de crescimento económico que permita melhorar o nível de vida de todos os timorenses.

Bem vindas sejam, pois, as nossas novas moedas!...

## Paredes de vidro: a ABP/BPA vista por dentro

### **O sistema de pagamentos e o papel da ABP/BPA**

A estrutura interna da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste inclui vários Departamentos e Divisões. Um dos principais Departamentos é o de Pagamentos, sendo outro o de Supervisão bancária, cujas funções já foram descritas no anterior “Boletim Económico”, de Julho passado.

A principal responsabilidade do Departamento de Pagamentos é gerir o dinheiro e os pagamentos da “Autoridade” e dos seus clientes, basicamente o Governo do país e os bancos comerciais que funcionam em Timor Leste. Para o fazer, fornece vários serviços através de quatro Divisões.

A Divisão de Operações Bancárias é responsável por atender as necessidades dos bancos comerciais clientes da ABP/BPA. Para tal a Divisão emprega um conjunto de “caixas” que processam as ordens de pagamento dos seus clientes (principalmente cheques do Tesouro público), pagam os salários dos funcionários públicos e trocam notas e moedas com o público. Os serviços desta Divisão incluem ainda as relações da ABP/BPA com os seus clientes, incluindo o Governo de Timor-Leste e um certo número de organizações internacionais tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento.

A Divisão de Investimentos e *Settlements* tem a responsabilidade de investir os fundos da “Autoridade” e de efectuar os pagamentos necessários em nome da instituição e dos seus clientes, utilizando para isso os bancos estrangeiros seus correspondentes.

A Divisão de Sistemas de Pagamentos gere a “Câmara de Compensação” de Dili. Nela a ABP/BPA e os bancos comerciais que operam entre nós trocam entre si, todas as manhãs, as ordens de pagamentos (nomeadamente cheques) que têm uns dos outros. Esta “Câmara de Compensação” ainda movimenta um volume reduzido de pagamentos; isto permite-lhe operar ainda de forma manual. A Divisão ainda supervisiona o sistema de pagamentos de Timor Leste, o que implica a recolha e manutenção de informação estatística sobre vários tipos de pagamentos (cheques, interbancários, “caixas automáticas”, internacionais) e sobre vários métodos de pagamento utilizados quer pela ABP/BPA quer pelos bancos comerciais.

A Divisão de Moeda tem por função fundamental manter o abastecimento de Timor-Leste em moedas metálicas e notas em uso comum no país. Esta actividade inclui a importação de notas e moedas americanas, a gestão dos cofres da ABP/BPA, o fornecimento e recebimento de moeda (parcelar e notas) aos e dos bancos comerciais e a repatriação de notas velhas para os Estados Unidos. Esta Divisão é também responsável pelo processo de cunhagem e gestão das moedas de “centavos” de Timor-Leste que entrarão em circulação em Novembro próximo. Dado que o numerário é o principal meio de pagamento utilizado em Timor Leste, a principal obrigação deste Divisão é manter um fornecimento adequado do mercado com moedas e notas, pois tal é vital para a economia do nosso país

# A importância das estatísticas económicas

Esta não é a primeira vez que o “Boletim Económico” chama atenção para a importância de se dispôr de boas estatísticas económicas, fundamentais para o bom acompanhamento da política económica.

Chamámos mesmo a atenção para o facto de as organizações internacionais que actuam em Timor Leste — pelo menos algumas delas... — serem, em parte, responsáveis por uma situação em que as estatísticas sociais parece serem mais importantes do que as estatísticas económicas quando, na verdade, ambas, nos seus respectivos domínios e para os respectivos propósitos, são fundamentais. De facto, tem sido sempre possível encontrar financiamentos para o desenvolvimento daquelas mas tem-se mostrado extremamente moroso encontrar os meios (financeiros, materiais e humanos) para se desenvolverem destas últimas. Algo está a mudar neste domínio e neste momento mas é de lamentar que se tenha perdido tanto tempo até compreender o erro cometido... O resultado é que estamos hoje sem estatísticas credíveis sobre as contas nacionais e sobre o comércio externo, por exemplo. A única área em que se avançou mais foi a dos preços, com um novo Índice de Preços no Consumidor (IPC) a ser publicado desde há alguns meses atrás, após um longo período em que (contra a nossa opinião manifestada nas páginas deste “Boletim”...) eram aceites como válidos valores que agora se comprovam serem desajustados da realidade..

Uma das consequências perversas da falta de informação económica oficial credível é a de estarmos dependentes de simples estimativas sobre a evolução de algumas variáveis. Ora, tais estimativas são apenas... estimativas! Na sua formulação todos podem falhar, uns mais, outros menos. Mas o acompanhamento da política económica e a eventual correcção do seu curso não podem estar à mercê de estimativas cuja qualidade desconhecemos — por não sabermos como foram estabelecidas — e cuja comparação com a realidade nos deixa, por vezes, perplexos. A título de exemplo, vejamos o caso de algumas estimativas realizadas pelas missões do FMI que, em diversos momentos do tempo, se deslocaram ao nosso país para analisar a evolução da situação económica de Timor-Leste.

Ao longo de 2002 e de 2003 o país foi objecto de vários relatórios do Fundo, o último dos quais ao abrigo do chamado “Artigo IV” dos estatutos da instituição, o qual prevê uma análise relativamente exaustiva da situação económica e financeira de cada membro. Nesses relatórios, publicados entre Abril de 2002 e Abril de 2003, apresentam-se estimativas de taxas de inflação para o ano de 2002 que variam entre -2% (i.e., uma descida de 2% do IPC) e os +5%.

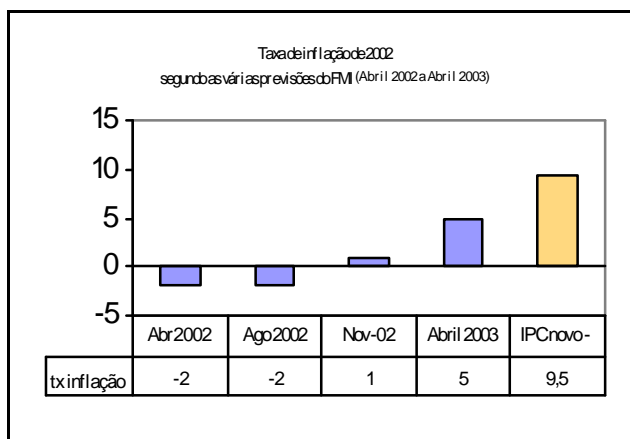
No caso das previsões acima e infelizmente, em momento algum se informa como foram estabelecidas. Isto é tanto mais importante quanto a verdade é que os valores apresentados não são compatíveis com os que foram disponibilizados pelos serviços nacionais de estatística, nomeadamente sob a forma do “velho” Índice de Preços no Consumidor (IPC). Mais, a última estimativa do Fundo para a taxa de inflação em 2002 (5%, sugerida em Abril de 2003) é cerca de metade da taxa de inflação que, de acordo com o “novo” (e melhor) IPC, se terá efectivamente verificado naquele ano — que, mais uma vez em situações “normais”, poderiam aconselhar políticas moderadoras do crescimento dos preços.

Apesar da falta de informação sobre a forma como foram as estimativas, acreditamos que parte significativa da explicação deste “desencontro de números” se deve ao facto de elas se terem baseado no “velho” IPC, bastante insuficiente, e não no “novo”, mais completo. Mas isso não invalida que, sabendo-se as características daquele (velho) Índice, se tivesse tido mais cuidado na formulação das estimativas. E o que dizer da evolução de -2% para +5% com base no mesmo (“velho”) IPC? Qualquer coisa esteve mal na formulação das previsões pelo Fundo e os leitores devem estar cientes disto, pelo que presentemente é sempre de manter algumas reservas em relação a estimativas/projecções que sejam divulgadas, seja qual for a entidade responsável.

O que se disse quanto às estimativas da inflação, aplica-se igualmente às estimativas da evolução do produto nacional. Em Abril de 2002 o FMI estimava que o PIB do país iria diminuir cerca de 0,5% mas seis meses mais tarde (Novembro/2002) a estimativa agravou-se para -1,1%. De então para cá ter-se-á verificado, aos olhos do Fundo, uma evolução suficientemente positiva para justificar que em Abril de 2003 tivesse previsto que a taxa de variação do Produto Nacional Bruto em 2002 terá sido de +3%. Porém, nada se adianta sobre as razões para tal evolução. Infelizmente, não há em Timor Leste um sistema de contas nacionais que nos permita confirmar ou não estas estimativas mas parecem-nos demasiado optimistas.

Na nossa opinião, há igualmente dificuldades com as estimativas da evolução futura da produção do nosso país: o Fundo prevê, para 2003, uma taxa de crescimento de -2% e uma taxa positiva de +1% em 2004. Ora, correspondendo o próximo ano ao do fim da presença significativa de pessoal internacional — o que é importante quer pelo consumo que faz directamente (rendas de casa, hotéis, restaurantes, etc.) quer pela ajuda ao funcionamento do aparelho de Estado que proporciona e que, ao cessar, pode fazer diminuir (esperemos que apenas temporariamente...) a eficácia deste —, não nos admiraria que 2004 venha a ser ainda um ano de taxa de crescimento ainda negativa. *Hopefully* as coisas começarão a melhorar em 2005 mas...

Tudo isto permite-nos chamar a atenção para a necessidade de, no futuro, i) se dispôr de boas estatísticas económicas e não apenas estimativas; ii) de estas últimas, quando formuladas, serem de qualidade, sendo conhecidas as metodologias da sua formulação; e iii) a necessidade de confiarmos desconfiando... Isto significa que deveremos ter um apurado sentido de análise crítica para determinarmos se o trabalho de outros é válido ou não. A chancela de uma organização internacional é (potencialmente) boa mas nada dispensa a nossa própria capacidade de análise das situações.

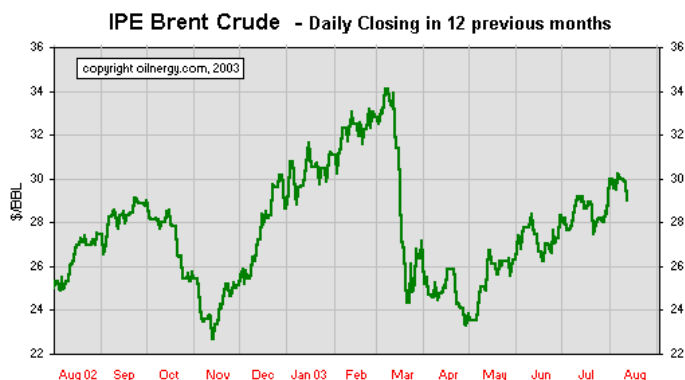


# Evolução dos preços do petróleo e do gás natural

Uma parte importante dos recursos que o nosso país poderá utilizar para financiar o seu desenvolvimento terão origem no petróleo e no gás do Mar de Timor. Por isso interessa-nos acompanhar a evolução do mercado internacional dos dois tipos de produtos.

O principal indicador sobre a evolução dos preços do petróleo a nível mundial é o do "brent", um tipo de petróleo bruto. No gráfico ao lado figura a evolução do seu preço nos doze meses terminados em meados de Agosto passado.

Por ele se pode verificar que, depois da subida dos preços a partir de Novembro/2002 — provocada pelas necessidades de aquecimento no inverno nos EUA e nos países europeus e, principalmente, pelo ambiente de incerteza que precedeu a segunda "Guerra do Iraque" —, se deu uma descida brusca dos preços quando se tornou clara a vitória da "coligação" na guerra. Posteriormente e em parte devido ao facto de não se ter verificado, na dimensão esperada, a retoma da produção no Iraque, os preços voltaram a subir. Outros autores referem que a principal responsabilidade desta subida do preço do petróleo é da Arábia Saudita, que terá aproveitado o momento para, baixando a sua produção, fazer subir ainda mais os preços. O preço do "brent" era, em 25 de Setembro passado, de USD 28,33 por barril (= 159 litros).



Da instabilidade dos preços deriva a instabilidade dos rendimentos obtidos a partir do petróleo, incluindo as receitas fiscais e de *royalties* que os países podem obter .

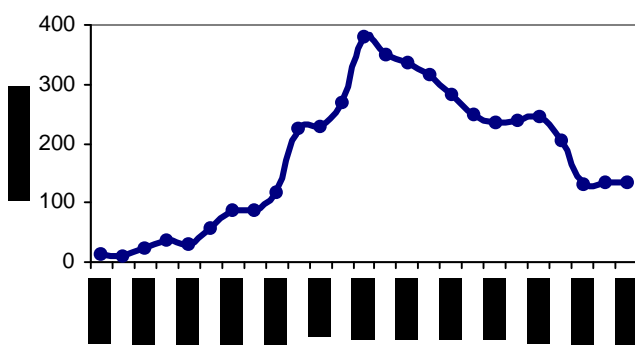
Esta instabilidade verifica-se igualmente no preço do gás natural. Por exemplo, durante os últimos doze meses ele passou de cerca de USD 3,0 (Agosto/2002) para cerca de USD 9,5 (Fevereiro/2003) e depois para USD 5 (Agosto/2003) por MMBtu ("millions of British thermal unit"), uma unidade de energia térmica.

No caso de Timor, esta instabilidade também se vai verificar mas com os dados actualmente disponíveis, o FMI estimou que o rendimento fiscal proveniente do Mar de Timor será, em cada ano fiscal até 2025, o que consta do gráfico ao lado. Repare-se na enorme subida dos valores nos primeiros dez anos de exploração e na progressiva descida deste então. Espera-se que Timor Leste receba rendimentos de petróleo e gás até cerca do ano 2050, graças às reservas do *Greater Sunrise* (cujo início de exploração não está definido) devendo os outros poços terminar a exploração antes desta data.

Para termo de comparação, refira-se que o actual orçamento de Estado de Timor Leste prevê despesas totais (correntes e de capital) de cerca de 79 milhões de USD.

Aqueles rendimentos fiscais, porque muito importantes no contexto da economia nacional vão obrigar a uma política muito cuidadosa de utilização dos recursos. Mas isso é tema de conversa para outro dia...

Mar de Timor -- Estimativa do rendimento fiscal



## Balanço e Demonstração de Resultados da ABP/BPA

### BALANÇO

referido à data de 30 de Setembro de 2003

ACTIVO	US Dollars
Caixa e Depósitos Bancários	53.462.190
Depósitos no exterior	11.348.083
Outros activos	1.101.419
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>56.077.907</b>
<b>PASSIVO</b>	
Responsabilidades em moeda nacional	35.750.117
Responsabilidades em moeda estrangeira	11.545.132
Outras responsabilidades	485.871
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>47.781.120</b>
<b>ACTIVOS LÍQUIDOS (Activo menos Passivo)</b>	<b>8.296.787</b>
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	
Capital social	7.727.188
Reservas	460.775
Proveitos líquidos não distribuídos	108.824
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA TOTAL</b>	<b>8.296.787</b>

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

do trimestre terminado em 30 de Setembro de 2003

PROVEITOS	US Dollars
Juros recebidos de Activos Financeiros	82.894
Transferência orçamental do Governo	97.245
Comissões	169.886
Outros rendimentos	9.780
<b>PROVEITOS TOTAIS</b>	<b>359.805</b>
<b>DESPESAS</b>	
Custos financeiros	72.277
Despesas de importação de notas	53.259
Despesas de funcionamento	125.445
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>250.981</b>
<b>PROVEITOS LÍQUIDOS</b>	<b>108.824</b>

# Estatísticas monetárias

milhares de USD	Março 03	Abril 03	Mai 03	Junho 03
<b>Activos externos líquidos</b>	<b>92.791</b>	<b>93.087</b>	<b>92.315</b>	<b>99.669</b>
<i>Disponibilidades sobre o exterior</i>	<i>107.846</i>	<i>108.747</i>	<i>108.095</i>	<i>116.000</i>
Disponibilidades da ABP/BPA	57.191	61.056	60.092	62.743
Disponibilidades dos bancos comerciais	50.656	47.691	48.004	53.257
<i>Responsabilidades para com o exterior</i>	<i>15.056</i>	<i>15.660</i>	<i>15.781</i>	<i>16.330</i>
Responsabilidades da ABP/BPA	10.857	11.348	11.348	11.348
Responsabilidades dos bancos comerciais	4.198	4.312	4.432	4.982
<b>Crédito interno (¹)</b>	<b>-29.224</b>	<b>-29.104</b>	<b>-29.345</b>	<b>-32.716</b>
Crédito à Administração Central/Governo	0	0	0	0
crédito da ABP/BPA	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	0	0	0	0
Depósitos da Administração Central	36.298	37.001	37.418	41.535
na ABP/BPA	36.298	37.001	37.418	41.535
nos bancos comerciais	0	0	0	0
<i>(Crédito líquido à Admin. Central = Empréstimos-Depósitos) (1)</i>	<i>-36.298</i>	<i>-37.001</i>	<i>-37.418</i>	<i>-41.535</i>
Crédito (ao sector privado = empresas e particulares)	7.074	7.897	8.073	8.819
crédito da ABP/BPA	64	78	93	102
crédito dos bancos comerciais	7.009	7.819	7.981	8.717
<b>Dinheiro em caixa nos bancos comerciais</b>	<b>4.087</b>	<b>6.324</b>	<b>4.626</b>	<b>4.823</b>
<b>Depósitos (à vista e a prazo)</b>	<b>55.286</b>	<b>55.905</b>	<b>54.648</b>	<b>58.494</b>
<b>Depósitos à vista nos bancos comerciais</b>	<b>49.471</b>	<b>50.113</b>	<b>48.621</b>	<b>52.637</b>
Empresas públicas não financeiras	869	861	758	755
Depósitos de empresas e particulares	48.603	49.252	47.864	51.882
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>5.815</b>	<b>5.792</b>	<b>6.027</b>	<b>5.856</b>
Depósitos da ABP/BPA	0	0	0	0
Depósitos a prazo de empresas e particulares	5.815	5.792	6.027	5.856
<b>Outros activos líquidos</b>	<b>841</b>	<b>1.021</b>	<b>803</b>	<b>530</b>
idem, ABP/BPA	-9	314	348	478
idem, bancos comerciais (OIFM)	849	707	454	52
<b>Capital e reservas</b>	<b>9.092</b>	<b>9.096</b>	<b>9.144</b>	<b>9.045</b>
<b>Capital realizado e resultados transitados</b>	<b>9.084</b>	<b>9.084</b>	<b>9.084</b>	<b>9.084</b>
idem, da ABP/BPA	7.351	7.351	7.351	7.351
idem, dos bancos comerciais (OIFM)	1.733	1.733	1.733	1.733
<b>Resultados correntes</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>60</b>	<b>-39</b>
Resultados da ABP/BPA	389	429	481	389
Resultados dos bancos comerciais	-381	-417	-422	-428
<b>Reserva geral e reservas especiais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Reserva da ABP/BPA	0	0	0	0
Reservas dos bancos comerciais	0	0	0	0

Nota 1: devido à forma como é calculado o "crédito líquido à Administração Central" (créditos—depósitos), um valor negativo significa que os depósitos desta são superiores aos créditos por ela obtidos do sistema bancário (nulos no caso de Timor-Leste. Esta é a razão pela qual o agregado "crédito interno" — que é apenas concedido ao sector privado — tem valor também negativo

A Autoridade Bancária e de Pagamentos tem vindo a elaborar as estatísticas monetárias do país desde Julho de 2002 para satisfazer quer obrigações internacionais (com o FMI, p.ex., por Timor Leste ser membro deste) quer necessidades internas pois que as estatísticas monetárias são normalmente uma importante fonte de informação para a política económica.

Infelizmente, devido ao facto de o país utilizar o dólar norte-americano como moeda nacional, é difícil estabelecer alguns dos agregados monetários mais comuns. É o caso, por exemplo, da circulação monetária.

Mas se esta informação não está disponível, outras estão. É o caso da evolução dos activos externos líquidos (93 milhões de USD em Abril e 99,7 em Junho passado), constituídos essencialmente pelos depósitos dos bancos comerciais e da "Autoridade" junto de bancos estrangeiros, depósitos tornados necessários por não haver aplicações internas alternativas, nomeadamente em empréstimos ao sector privado e ao Governo (que não está a contrair empréstimos).

Quanto aos empréstimos ao sector privado (empresas e famílias), o rácio entre estes e os depósitos nos bancos comerciais é muito baixo. No entanto, ele tem vindo a aumentar nos últimos meses, sendo actualmente de 0,2. O normal em países com um sistema bancário mais desenvolvido é ser de cerca de 0,5-0,6, pelo que há ainda uma larga margem para aumento dos empréstimos

## Evolução dos preços

A taxa de inflação de 2002 foi, como se sabe, de cerca de 10% — mais exactamente de 9,5% entre Dezembro de 2001 e Dezembro de 2002 para todos os grupos de produtos, incluindo as despesas com a habitação.

Nos primeiros meses de 2003 verificou-se uma evolução algo instável, com os preços a manterem-se quase estáveis de Janeiro para Dezembro mas a acelerar a sua subida logo depois (Março 2003). Com o final da época das chuvas e a intensificação das primeiras colheitas, os preços desceram até Maio para retomarem uma subida mais acelerada em Junho. Entretanto, em Agosto os preços voltaram a subir de uma forma mais rápida.

Esta evolução dos preços permite-nos estimar, ainda que de uma forma algo grosseira, que a taxa de inflação de 2003 poderá atingir os cerca de 4-5%. Porém, se se verificar, como no ano passado, uma maior aceleração no final do ano (início da época das chuvas), é possível que a taxa de inflação sevenha a situar no intervalo 5,5-6,5%.

A indisponibilidade de uma série suficientemente longa de dados sobre a inflação não nos permite fazer estimativas mais fundamentadas mas cremos que o valor apresentado não andarà muito longe daquele que se virà a registar.

Note-se que esta taxa de inflação e a que se verificou no ano passado contradizem a concepção de que quando se adopta uma moeda de um país com baixa inflação há uma tendência (“natural”?) a que a taxa de inflação do nosso país se aproxime da do país que emite essa moeda (os Estados Unidos tiveram uma taxa de inflação de 1,6% em 2002; a estimativa para 2003 é de 2,1%).

Esta terá sido uma das razões que serviu para justificar a adopção do USD em Timor Leste. Porém, há que ter em conta que isto só é verdade para o caso de economias relativamente próximas entre si e com uma relação económica intensa, em que a subida mais rápida dos preços numa fará os seus agentes económicos adquirirem bens na economia que tem taxa de inflação mais baixa (até porque não tem os custos decorrentes da conversão de uma moeda noutra).



## E porque não... um organismo autónomo para o café?!...

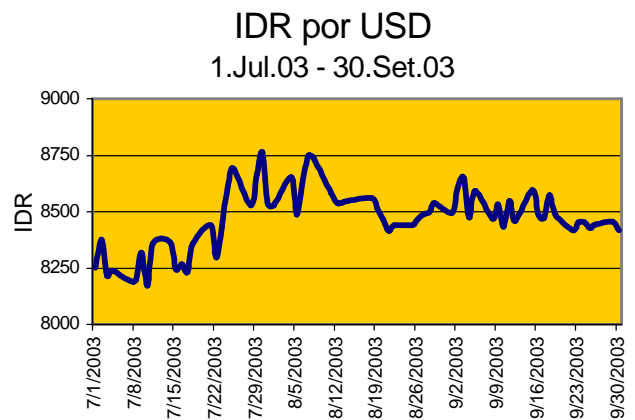
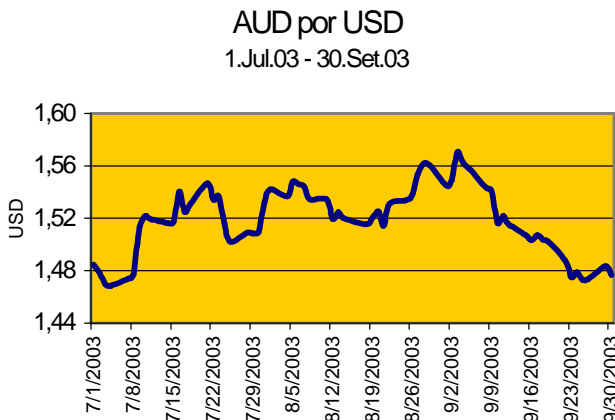
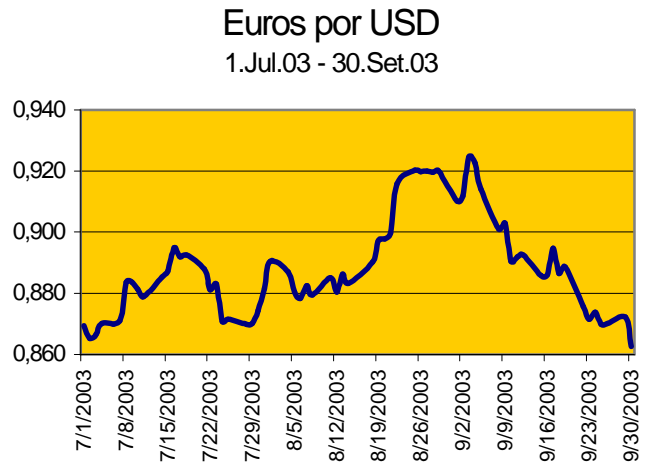
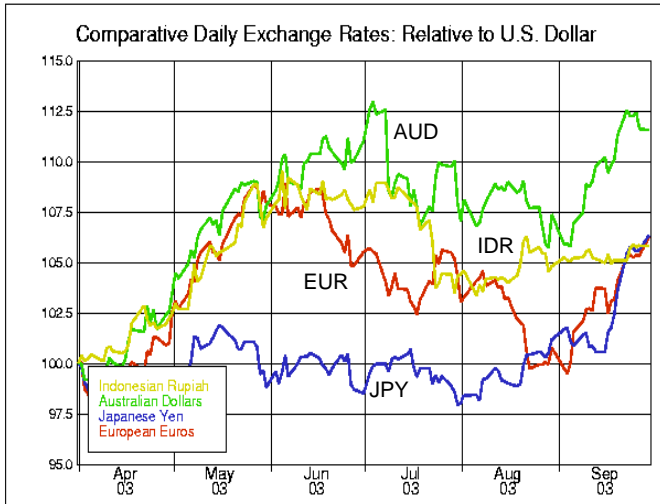
O café é, apesar da crise internacional que tem atingido o mercado (com preços muito baixos), o principal produto de exportação não petrolífera de Timor Leste e uma importante fonte de receita para parte significativa da população rural do nosso país. É-o actualmente e continuará a ser durante vários anos.

Curiosamente, porém, e ao contrário do que aconteceu/acontece em outros países em que uma determinada produção agrícola tem um papel muito importante no contexto da economia nacional, esta importância não tem correspondência na organização do Estado através, por exemplo, de uma instituição especialmente dedicada a fazer face aos inúmeros problemas que se colocam a este sector. Estão neste caso, por exemplo, a investigação científica, técnica e comercial sobre o produto, a assistência técnica e financeira aos produtores (nomeadamente para renovarem as suas plantas, muitas delas velhas de muitos anos), o apoio à comercialização internacional e todas as outras actividades que se julguem pertinentes para melhorar a rentabilidade do sector quer numa perspectiva nacional, macroeconómica, quer numa perspectiva local, da economia familiar de muitos dos camponeses de Timor Leste.

Sabendo-se da situação de quase abandono em que se encontram muitas das áreas produtoras de café e das dificuldades que os camponeses têm para, por si sós, introduzirem as alterações necessárias nas formas de cultivar e tratar o café para assegurar produções em quantidade e em qualidade, porque não criar, no quadro do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas (ou fora dele mas sob sua tutela), uma instituição dedicada exclusivamente a lidar com toda a problemática deste sector?

Essa instituição, seja qual for a solução institucional encontrada, deverá ter alguma capacidade autónoma de actuação e não adoptar um posicionamento quase exclusivamente burocrático. Ela precisará, nomeadamente, de se dotar de quadros técnicos que trabalhem “com as botas na lama”, com e para os camponeses, e não apenas “para ter a unha comprida”... Sabemos que não existem entre nós, em quantidade e qualidade suficientes, os meios humanos necessários. Por isso esta é uma área em que Timor Leste terá de recorrer, pelo menos durante alguns anos, à assistência técnica de outros países. Também as organizações internacionais devem ter aqui um papel importante a desempenhar. Afinal, a melhor forma de combater a pobreza (com que elas e todos nós estamos preocupados...) é ajudar os pobres a produzir mais e melhor e a comercializar a sua produção. Vamos passar à prática?!...

No gráfico de cima, à esquerda, a evolução das taxas de câmbio é apresentada em índice e não em valor absoluto, como nos restantes gráficos. Por isso neste caso uma subida da linha correspondente a cada moeda representa uma depreciação do USD face à respectiva moeda. Nos gráficos de cada moeda, em que esta é apresentada sob a forma de quantidade da moeda nacional necessária para adquirir um USD, uma descida da linha corresponde a uma depreciação do USD face à respectiva moeda; uma subida corresponde a uma apreciação.



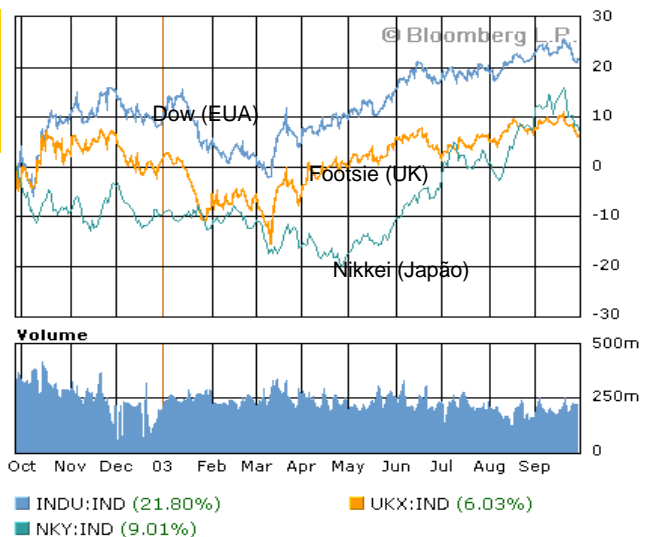
## Mercados financeiros

Índices das bolsas de valores: evolução recente

Já salientámos, no "Boletim Económico" de Julho último, que as principais Bolsas mundiais conheceram, até Março deste ano, uma queda significativa dos seus índices.

Com o final da Guerra do Iraque parece ter sido retomada alguma confiança no futuro da economia mundial e de alguns dos principais países mais industrializados e isso reflectiu-se no comportamento das suas Bolsas de Valores. De facto, desde Abril /03 que os índices de Bolsas como as de Nova Iorque (Dow Jones), Londres (Footsie) e Tóquio (Nikkei) têm conhecido subidas significativas.

De realçar a subida da bolsa japonesa, mais um indicador de que a economia daquele país poderá estar a ultrapassar a quase estagnação em que viveu durante a maior parte da década de 90.



# E a terminar: orçamento, doadores e desenvolvimento

É do conhecimento de todos que a retirada da UNMISET de Timor Leste ocorrerá no fim de Maio do próximo ano. Sabe-se, porém, que isso não significará o fim da presença da ONU entre nós já que a maioria das suas agências especializadas — principalmente o PNUD — se manterá apoiando o desenvolvimento económico do nosso país.

Porém, a intensidade da saída será de tal forma que é provável que 2004 seja, do ponto de vista da produção, o pior desde a retoma económica de 2000 e 2001. No mesmo sentido vai a enorme queda na ajuda externa programada e que, se não vier a ser compensada por novos donativos dos doadores, terá fortes efeitos sobre a economia. Refira-se que a queda prevista para os programas financiados pelos doadores é de 175 para 55 milhões de USD entre 2003/04 e 2004/05. Em 2005/2006 os donativos actualmente prometidos são de... 18 milhões de USD. Isto é: se não for feito nada de significativo, os donativos terão uma queda de 90% em dois anos!

Mesmo que essa queda seja parcialmente compensada pela subida das despesas do Orçamento de Estado (*CFET*) de 79 para 88 milhões de USD entre 2003/04 e 2005/06, a queda de recursos ainda será enorme: de 254 para 105 milhões de USD! Isto num período em que, contrariamente às expectativas iniciais e devido aos vários atrasos que sofreu o projecto de Bayu-Undan do Mar de Timor, as receitas desta proveniência vão ser bem mais baixas do que o inicialmente estimado.

Dada a fraca capacidade interna de popupança e investimento, uma solução para esta enorme queda de recursos externos é convencer os doadores a aumentarem a sua ajuda.

Creemos que os valores dos donativos poderão ser, na verdade, muito superiores ao que agora se antevê. Note-se que eles e o seu escalonamento no tempo tinham em consideração que Timor-Leste começaria a receber rendimentos do petróleo mais cedo do que vai, de facto, acontecer. Timor Leste deve adaptar-se a este facto mas os doadores também...

Outra solução (complementar?) para a queda dos donativos é contrair empréstimos (pelo Estado) junto da banca comercial ou junto das organizações internacionais especializadas no financiamento de projectos, particularmente o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento.

Pondo de parte a primeira hipótese sem que esteja devidamente aproveitada a segunda, é provável que aumentem as pressões de entidades como o Banco Mundial o Banco Asiático de Desenvolvimento e outros para que o Governo de Timor Leste contraia empréstimos junto delas --- normalmente em condições financeiras muito favoráveis.

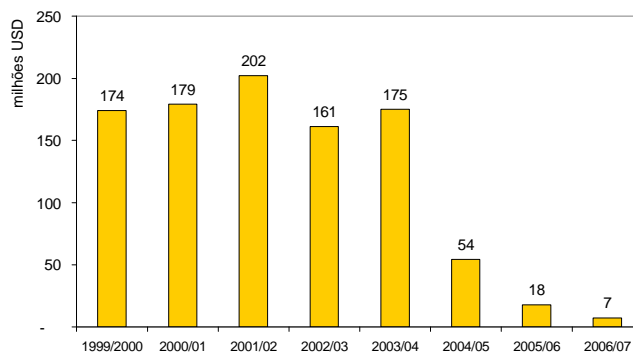
Todos sabemos, porém, a enorme resistência que o Governo tem oferecido a uma tal solução com o argumento de não querer comprometer as gerações futuras (as que irão pagar os empréstimos contraídos hoje) e num reconhecimento da (ainda) fraca capacidade de implementação autónoma de projectos. Veremos se esta estratégia continuará a resultar mas é preciso estar atento às tendências de evolução da ajuda internacional, sujeita a quedas estruturais ao longo do tempo e relativamente permeável a “modas”. Ora, Timor-Leste já não está tanto “na moda” como esteve nos últimos 2-3 anos...

Assim sendo parece difícil ao Governo continuar a evitar por muito mais tempo à contração de empréstimos como os referidos. Porém, tal, a ocorrer, deve ser feito com os cuidados que aconselha uma situação em que a capacidade de implementação de projectos não é, ainda, suficiente, e em que, em parte por isso, se corre o risco de contrair empréstimos para projectos que não têm, depois, uma rentabilidade (económica, financeira e/ou social) que os justifiquem. É necessário também assegurar uma gestão e acompanhamentos correctos dos empréstimos de modo a evitar o que acontece em muitos países em desenvolvimento em determinados momentos: não saberem *quanto* devem, a *quem* devem e quais os *custos* a suportar ao longo do tempo. A maior clareza que parece existir agora sobre o calendário das receitas do Mar de Timor (a aumentar mais significativamente a partir do início de 2005) pode ajudar a programar melhor tais empréstimos.

Todos devem estar, portanto, preparados para o impacto dos elementos acima referidos no nosso futuro próximo:

- ? o *Estado*, para dinamizar, na medida que lhe for possível, a economia através, por exemplo, de projectos de obras públicas (estradas, edificios, etc.) com impacto nas zonas rurais e na produção e bem estar da população rural;
- ? ainda o *Estado*, procurando aproveitar, com o máximo cuidado, as possibilidades de financiamento dos seus projectos;
- ? os *políticos*, tomando consciência da situação e deixando de fazer promessas que sabem não poder cumprir;
- ? o *sector privado*, aproveitando as oportunidades que se lhe colocarem pelos Gastos do Estado e dos doadores mas procurando, ele próprio, lançar projectos com impacto para o futuro;
- ? a *população em geral*, compreendendo que esta é uma fase difícil da vida do país e que o estado de pobreza em que vive uma parte importante não pode ser alterado a curto prazo; e, por fim,
- ? os *doadores*, compreendendo que não basta pressionar no sentido de cometer ao Estado timorense cada vez mais obrigações (dêem elas pelo nome de “ODM-Objectivos do Milénio” ou outro) sem, em contrapartida, disponibilizar os recursos necessários ao seu prosseguimento --- o que é, em si mesmo, um dos ODM.

Financiamento pelos doadores, 1999-2007  
milhões de USD; 1999-2002 = dados reais; 2002-07 = estimativas



Esta publicação é preparada pela Divisão de Estudos Económicos e Estatística da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste  
Avº Bispo Medeiros (junto ACAIT) CxPostal 59 Dili Timor-Leste // Tel: ++.670. 331 37 18 Fax: [...] 331 37 16 e-mail: bancocentraltimor@yahoo.com

As opiniões aqui expressas não deverão ser consideradas como correspondendo a uma posição oficial da ABP/BPA. Esta rejeita qualquer responsabilidade sobre os resultados do uso, comercial ou outro, das informações e opiniões aqui publicadas, as quais foram elaboradas de acordo com o nível actual dos conhecimentos existentes sobre os vários assuntos.